

DOI: 10.30612/frh.v24i44.17261

## ENTREVISTA com

### **Márcia Maria Menendes Motta**

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Coordenadora do INCT Proprietas: História Social das Propriedades e dos Direitos Comuns  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – Nível 1D  
Presidenta da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil – Biênio 2019-2021)  
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-5434-7515>

---

concedida à

### **Carmen Margarida Oliveira Alveal**

Doutora em História pela Johns Hopkins University (JHU)  
Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq – Nível 2  
Natal, Rio Grande do Norte, Brasil  
[carmen.alveal@ufrn.br](mailto:carmen.alveal@ufrn.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-1202-0231>

### **Nauk Maria de Jesus**

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD)  
Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil  
[naukjesus@ufgd.edu.br](mailto:naukjesus@ufgd.edu.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-5991-8647>

Márcia Maria Menendes Motta, entrevistada da *Fronteiras: Revista de História*, é uma das mais importantes historiadoras brasileiras. Professora aposentada do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde atuou desde 1992 e tornou-se titular em 2015, Motta desenvolve pesquisas em história agrária e trata de temas como conflitos de terra, apropriação territorial, direito agrário e movimentos rurais. A historiadora tem publicações no Brasil e no exterior, entre elas, *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX* (1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro / Vício de Leitura, 1998; 2ª ed. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008), livro que resultou de sua tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1996. Além desta publicação, merecem destaque a organização do *Dicionário da Terra* (1ª ed. 2005; 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010), que conquistou, em 2006, o 2º lugar no Prêmio Jabuti, na categoria Ciências Humanas; e de *Terras Lusas: a questão agrária em Portugal* (Niterói: EDUFF, 2007), que recebeu o Prêmio EDUFF para publicação de coletâneas. Outros livros, de cunho autoral, também ganharam visibilidade, como *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1822)*, (1ª ed. 2009; 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2012); e *O Rural à la gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)*, (Niterói: EDUFF, 2014). Em 2022, publicou no Brasil e em Portugal seu mais novo livro, *Terras de Carlota: as vilas de Ançã e a invenção demarcatória (1799-1830)*, (Niterói / Leiria: Proprietas, 2022). Atualmente, Márcia Motta é pesquisadora do CNPq e da FAPERJ (Programa Cientista do Nosso Estado) e coordenadora geral da *Proprietas*, rede de pesquisa com apoio financeiro da FAPERJ, CNPq e CAPES. Em 2016, a *Proprietas* tornou-se um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) com o projeto internacional *História Social das Propriedades e Direitos de Acesso*. O grupo reúne pesquisadores das áreas de história, direito e artes arregimentados em vários núcleos de pesquisas que tratam do acesso à propriedade e à defesa do bem comum.

Nesta entrevista concedida às organizadoras do presente dossiê da *Fronteiras: Revista de História*, a presidenta da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) no biênio 2019-2021 aborda sua formação profissional, o envolvimento com temas da questão agrária no Brasil, a importância de pesquisas sobre o sistema sesmarial no Império Atlântico português e a coordenação da rede de pesquisa *Proprietas*.

\*\*\*\*

## *Como a senhora se interessou pela questão agrária?*

Antes de mais nada, obrigada pelo convite. Fico honrada e espero poder responder dignamente às questões que me foram feitas, pois é sempre complicado fazer algum tipo de acerto com o passado.

Eu me interessei pela questão agrária bastante influenciada por Maria Yedda Linhares, Ciro Flamarion Cardoso e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Naqueles anos, a questão agrária estava na "ordem do dia". Era o período de redemocratização e a Yedda trazia para o debate os temas da pobreza e do abastecimento interno. Suas falas eram muito contundentes e ela nos apresentava um Brasil pouco conhecido pelos jovens das cidades do Rio de Janeiro e Niterói: conflitos de terra, seca, miséria extrema, concentração fundiária, campesinato, movimentos rurais.

Eram os anos 1980/1990, não havia internet e as bibliotecas da UFF eram muito fracas. É claro que os fluminenses se beneficiaram dos livros adquiridos pela Biblioteca Nacional, lugar sagrado para muitos de minha geração. De qualquer forma, as indicações dos professores eram decisivas e havia muitos interessados em nos indicar livros, muitos em língua estrangeira. Não à toa, eu tinha dois grandes focos para as minhas pesquisas: a questão agrária, por conta de todos que estiveram envolvidos na linha de história agrária da UFF; e nacionalismos e fascismos, bastante influenciada pelas leituras indicadas por Gerson Moura e Leandro Konder.

Já como professora do PPGH da UFF, orientei minhas ex-doutorandas, Nara Santana e Natália Reis. Elas foram, de fato, as minhas primeiras "filhas", quando eu ainda acreditava poder conciliar os estudos de duas discussões-chave: nacionalismos e questão agrária. Optei pela segunda, por conta da recepção de meu primeiro livro e pela decisão de estudar o sistema de sesmarias no meu primeiro pós-doutoramento, em 2003.

Quando cheguei em Portugal, acreditava que havia dezenas de trabalhos sobre o assunto, mas me vi "num mar aberto" quando, ao conhecer e conversar com Hespanha, ele me disse - com um riso encantador - que os historiadores portugueses não privilegiavam o tema e muito pouco se conhecia sobre o sistema sesmarial para além do território da ex-metrópole. A conversa com Hespanha foi um divisor de águas, mas naquela época ele estava imerso na discussão sobre direito colonial e o chamado "antigo regime" nos trópicos, em especial a partir

dos estudos de Maria Fernanda Bicalho, João Fragoso e Maria de Fátima Gouveia. Naquele período, eu não era uma historiadora reconhecida na área de História Moderna e/ou Brasil Colônia. De todo modo, no período do meu primeiro pós-doutoramento, fui contemplada com a generosidade de muitos historiadores e historiadoras portuguesas, a começar por Margarida Sobral Neto, José Vicente Serrão, José Cardoso, Rui Santos, Inês Amorim, Nuno Monteiro e, obviamente, o Hespanha. Quando terminei a primeira versão do livro, o apresentei num congresso da Companhia das Índias e tive a sorte de ver meu tema ser discutido por Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, além das jovens Nívia Pombo e Iris Kantor. Como gosto de dizer, tornei-me uma historiadora do Brasil Colônia e de Moderna por um "título legítimo", pois escrevi outra tese. Eu anotei, transcrevi minhas fontes em três cadernos de pesquisa, com lápis e caneta, pois os *laptops* eram muito caros para uma pesquisadora ainda sem recursos advindos dos órgãos de fomento. Foi graças ao apoio de Ronaldo Vainfas que eu tive meu primeiro *laptop*, quando realizei pesquisa na Biblioteca de Washington para escrever um texto sobre o sistema de morgadio, no âmbito do projeto coordenado por Vainfas na Companhia das Índias.

### **Como chegou ao seu objeto de estudo sobre a Lei de Terras em Paraíba do Sul?**

Eu conheci os Registros Paroquiais de Terra quando era assistente de pesquisa de Sheila de Castro Faria, Hebe Mattos e Celeste Zenha. Naquela época, havia saído o livro *História: combate e controvérsias*, de Yedda Linhares e Chico Carlos. Quase todos de minha geração ficaram fascinados com as possibilidades de investigação dos registros, a partir de algumas chaves de leituras inauguradas por aqueles dois. Já formada, integrei, por sugestão de Chico Carlos, a equipe do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Ali comecei a organizar os registros paroquiais e, por este motivo, fui alocada na secretaria de assentamentos fundiários do Rio de Janeiro. A equipe da secretaria era muito bem formada. Havia sociólogos, geógrafos, arquitetos, e a maioria estava mesmo preocupada em solucionar alguns conflitos fundiários do Estado. Alguns acreditavam que os registros paroquiais permitiriam reconstruir a cadeia sucessória de alguns potentados para desnudar as terras devolutas, em tese pertencentes ao Estado. Minhas leituras sobre as fontes e as discussões jurídicas no século XIX, no entanto, iam em outra direção. Os registros apontavam para um jogo de forças e de escalas, nas leituras de época sobre os significados da Lei de Terras. Naquele período, eu ainda não sabia como poderia

revisitar as máximas de José de Souza Martins, o mais importante sociólogo do período e autor do clássico *O Cativo da Terra*.

Quando ingressei no doutorado, tive a sorte de encontrar Silvia Lara e fui sua primeira doutoranda. Lara foi decisiva na minha formação. Virou meu mundo de "cabeça para baixo" e me convenceu a revisitar todas as minhas certezas acerca da Lei de Terras. Assim, eu consegui aproximar dois percursos historiográficos: os métodos de análise dos franceses, a partir das leituras indicadas por Yedda e Chico Carlos (no período de realização da dissertação de mestrado) e o refinamento teórico dos thompsonianos, majoritariamente alocados na UNICAMP e na USP, em obras indicadas, debatidas e esquadrinhadas pela exemplar historiadora Silvia Lara. Eu estava nos dois mundos, e isso era libertador.

### ***Como a senhora percebe a sua trajetória, já que é uma referência nacional e internacional sobre a questão agrária brasileira?***

Eu tenho clareza da importância de minha obra. Até hoje, agradeço a Paulo Knauss e a Afonso Carlos Marques dos Santos por terem sugerido que eu encaminhasse minha tese para o concurso do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. No início, o impacto foi quase nulo. Na verdade, eu enfrentava algum tipo de constrangimento quando me apresentava nos congressos do Brasil. Talvez por isso eu tenha começado, desde cedo, a participar de eventos internacionais e/ou fora do circuito Rio/São Paulo. Se o meu livro era pouco lido nos lugares onde ele nasceu, passou a ser discutido principalmente no sul, onde já havia um grupo de historiadores agrários muito bem formados. Por razões que desconheço, *Nas Fronteiras do Poder* passou a ser lido também por especialistas em direito, sociólogos, antropólogos, geógrafos; os intelectuais mais envolvidos no tema dos “brasis rurais”. Os historiadores, em geral, custaram a incorporar o tema dos conflitos fundiários e direitos de propriedades. Discutia-se muito sobre a “brecha camponesa”, autonomia escrava, identidade e sujeito da história, mas poucos historiadores se perguntavam como foram apagadas / exterminadas / silenciadas muitas das comunidades camponesas que existiram no Brasil, principalmente a partir da Proclamação da República e, mais tarde, do golpe de 1964. Em ambas as rupturas, o uso de falsos documentos de propriedade se tornou a regra em um país dominado por grileiros. E ainda, produziram-se amnésias sociais quase insuperáveis sobre as histórias dos movimentos de resistência no campo e as disputas por direitos.

## **A senhora coordena uma importante rede de pesquisa, a Proprietas. Pode explicar o que é?**

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – *História Social das Propriedades e Direitos de Acesso*, conhecido pela alcunha *Proprietas*, foi criado há dez anos e tem como objetivo problematizar o tema da propriedade em várias e distintas dimensões. O *Proprietas* estimula as investigações sobre a história e a desnaturalização da noção de propriedade, ao mesmo tempo em que ampara iniciativas que ampliem o acesso ao conhecimento. Ele realiza e/ou participa de vários eventos nacionais e internacionais, apoia financeiramente muitos dos investigadores integrantes do *Proprietas*, assume todos os custos do Pré-Vestibular Social Yedda Linhares, organiza vários cursos de formação e tecnologias sociais, além de dezenas de outras iniciativas em várias partes do país. O *Proprietas* tem, ainda, uma história marcada pela concessão de bolsas de Iniciação Científica, apoio técnico para graduandos, graduados, mestrandos e mestres, doutorandos e jovens doutores, que estão inseridos nas discussões sobre a dimensão proprietária no mundo moderno.

## **Qual a importância dos estudos das sesmarias no Império Atlântico português, título deste dossiê e tema que a senhora inaugurou no campo da história? Como o estudo das sesmarias pode ser útil na contemporaneidade?**

Hoje se sabe que muitas das solicitações de sesmarias feitas até o fim do sistema não foram confirmadas pela Coroa. De qualquer forma, em áreas de conflitos, os potentados operaram com o uso de um documento antigo para criar uma cadeia sucessória, a partir de uma hipotética carta de sesmarias. Acho que ainda sabemos pouco sobre este instituto, mas a ampliação das investigações propiciadas pela *PLATAFORMA SILB*, coordenada por Carmen Alveal, há de nos permitir entender melhor o uso do documento nas várias temporalidades presentes em análises jurídicas de um conflito fundiário, por exemplo. Sem querer propagar nossos temas de pesquisa, acho que a produção de um dossiê sobre as sesmarias tem uma importância vital na consolidação de uma linha de pesquisa que poderíamos chamar de história social da propriedade ou história social do direito, ou mesmo a antiga denominação de história agrária. O fato é que as sesmarias nos permitem abrir várias janelas de investigação: direito de propriedade, direito colonial, direitos originários, marco temporal, invenção demarcatória, posse/propriedades, potentados rurais, grilagens e muito mais.

## **Como a senhora vê a historiografia atual sobre a questão agrária do Brasil nas três temporalidades: colônia, império e república?**

A historiografia nacional sobre o que chamamos de “questão agrária” é hoje reconhecida nos grandes centros de investigações internacionais. O Brasil é um país de dimensões continentais, com distintas formas de experiências camponesas, quilombolas, indígenas. Temos muito o que ensinar, especialmente em razão de nossa histórica tragédia como nação: grilagem, violência, preconceito e concentração fundiária. Nós aprendemos muito quando apresentamos nossos trabalhos em eventos internacionais, mas não tenho dúvidas de que os historiadores brasileiros ensinam muito a seus colegas latinos e europeus. As distintas formas de ocupação territorial, de direitos de propriedade na América portuguesa, não apenas nos ajudam a entender o passado e os traumas dos países latinos, mas também nos permitem entender melhor as ex-metrópoles. Os “colonizados” tem muito o que ensinar aos “colonizadores”.

Eu tenho certeza de que os trabalhos das últimas duas décadas adensam nossas análises sobre o sistema sesmarial, a Lei de Terras, as análises sobre o Registro Torrens, sobre o Código Civil e os temas sobre conflitos e direitos de propriedade, incluindo os desdobramentos dos marcos regulatórios da Constituição de 1988. Os conflitos rurais são a face menos visível da história deste país e é preciso esgarçá-los para reparar ou superar nossos traumas, enquanto nação.